



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12568 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT02 - História da Educação

EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E A IMPLANTAÇÃO DAS FACULDADES DE FILOSOFIA NA UNIVERSIDADE

Francisca Liliane da Cunha - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Kilza Fernanda Moreira de Viveiros - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E A IMPLANTAÇÃO DAS FACULDADES DE FILOSOFIA NA UNIVERSIDADE

RESUMO

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Este estudo tem por objetivo compreender e discutir, a educação superior brasileira, sobretudo fazendo uma análise e reflexão sobre a criação das primeiras Faculdades de Filosofia, ciências e Letras no Brasil, especificamente no Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, aborda-se em primeiro lugar a educação superior no Brasil, a partir da revisão de literatura condizente à questão. Em seguida, apresenta-se a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, realizando um percurso histórico nos primeiros cursos de Letras Neolatinas, Geografia e História. O livro Ensino Superior no Brasil – Análise e interpretação de sua evolução de 1969 foi o recurso recorrido para fornecer os dados históricos do ensino superior no Brasil e o Livro A Universidade Temporã – Da Colônia à Era de Vargas. O estudo acerca da educação superior apresenta significados no campo filosófico e científico da história da educação.

Palavras-chave: Ensino Superior; Criação; Universidade; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil se dá com a chegada de D. João VI a partir do ano de 1808, no qual surgiram cursos superiores isolados não articulados a universidade. O primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos Jesuítas na Bahia, a qual foi sede do governo geral no ano de 1550, Os Jesuítas chegaram a manter o total 17 colégios no Brasil, dentre os quais os jesuítas ofereciam cursos superiores de Filosofia e Teologia. Havia uma diferença entre os estudos menores nos colégios dos Jesuítas e os estudos maiores na universidade de Coimbra, as quais a metrópole concedia bolsas para os filhos de colonos que fossem estudar em Coimbra.

No Brasil os colégios mantidos pelos jesuítas eram direcionados aos filhos de funcionários públicos, criadores de gado, artesãos e mineradores. O ensino oferecido nesses colégios seria das primeiras letras, ensino secundário e alguns o ensino superior em artes e teologia. Em 1817, D. João VI, não criou universidades, mas criou cátedras isoladas de ensino superior para formação de profissionais, como ensino superior na Bahia e no Rio de Janeiro e engenharia na academia militar. No ano de 1827, o imperador sancionou uma lei da Assembleia Geral Legislativa, criando dois cursos jurídicos, em São Paulo e Olinda, defendendo assim a localização das academias fora do Rio de Janeiro. A partir do ano de 1934, começaram a surgir os liceus provinciais como: o Ateneu do Rio Grande do Norte, em 1835, os liceus da Bahia e da Paraíba, em 1836. No ano de 1837, foi criado o colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, para ministrar o ensino secundário, que tinha como objetivo o poder central trazer o ex-alunos para que se matriculassem em qualquer curso superior do império. De 1891 a 1910, foram criadas 56 escolas de ensino superior em sua maioria privadas no país. Em 1920, buscavam criar um centro de elaboração, ensino e difusão da ciência.

Com a criação em 1930 do Ministério da Educação e da Saúde Pública (MESP), cujo primeiro ministro, que assumiu a pasta da educação e saúde pública foi Francisco Campos, que por uma série de decretos instituiu a chamada Reforma Campos. Entre esses decretos, esteve o de número 19.851, de 11 de abril de 1931 – “Estatuto das Universidades Brasileiras”. Por esse decreto o ensino superior deveria ser ministrado na universidade a partir da criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a qual deveria ser formado professores secundários. Por não ser uma escola de superior profissional, mas uma faculdade destinada à pesquisa científica pura, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras não chegou a ser instalada. O ensino secundário para preparar professores seria da Faculdade de filosofia, ciências e letras, pois essas faculdades seria uma espécie de escola preparatória para as faculdades de teologia, direito e medicina.

Norteando o objeto de pesquisa para o qual se direciona esse estudo, se dá por meio de vestígios documentais encontrados, cujo instrumento de análises nos foram possíveis. A trajetória da pesquisa se constitui a partir de estudos a qual se propõe investigar a educação brasileira, sobretudo fazendo uma análise e reflexão sobre a criação da primeira Faculdade de Filosofia de Natal, autorizada a funcionar pelo decreto federal nº 40.578 de 18 de dezembro de 1956, foi criada e mantida pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte, nos termos da Resolução nº 1 de 12 de março de 1955. Seus Cursos de Letras Neolatinas, de

Geografia e de História foram instalados solenemente a 7 de março do corrente ano.

Ao escolhermos explorar este objeto de estudo e suas possibilidades históricas, elaboramos um levantamento histórico bibliográfico e documental, a fim de contemplar um diagnóstico preciso que nos auxiliasse nas referências, assim como pesquisas realizadas conforme essa temática. Dessa forma, utilizaremos outras fontes de acesso no curso de letras neolatina, história e geografia do ensino superior, nas bases do Google acadêmico, da Scielo, Síntese Cronológica da UFRN (1958-2017) Volume I, os livros e documentos do acervo especial da biblioteca Zila Mamede da UFRN e os periódicos da CAPES.

Os resultados que encontramos nos mostraram o quantitativo de estudos realizados, de forma sucinta apenas no acervo especial da biblioteca central da UFRN e na Síntese Cronológica da UFRN, (1958-2017) Volume I. A qual os autores traçam um panorama a respeito dos primeiros cursos de ensino superior na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Natal-RN, e seus primeiros estudantes dessa instituição, dentre outros.

Logo compreendemos a necessidade de nos aprofundarmos na dimensão histórica do ensino superior no Estado do Rio Grande do Norte, especificamente no município de Natal. Tendo em vista que, a história singulariza-se pelo facto de manter uma relação específica com a verdade, ou antes, por suas construções narrativas pretenderem ser a reconstrução de um passado que existiu. (Chartier, 1985, p. 70)

Diante disso, compreendemos que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, possuía tamanha importância na organização universitária, porém conforme o decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, estabelece no capítulo I os objetivos do instituto universitário. Preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades, preparar candidatos ao magistério e também realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, desse modo, reforçam a carência de investigação e análise.

Contudo, não tem como pesquisar uma instituição sem que possamos observar os sujeitos, suas práticas, suas concepções formativas e sociais, considerando uma determinada realidade do pesquisador uma perspicaz percepção de seu retorno, pressupondo uma análise de tudo, principalmente a formação dos sujeitos e o recorte social.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa realizada tem como objetivo contribuir para compreensão e desenvolvimento histórico da educação superior em Natal-RN, relacionado como primeira instituição educativa a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na vertente dos primeiros cursos de formação moderna do pesquisador e do professor. A escolha do tema desse estudo se dá por meio de documento bibliográfico com intenção de discutir de forma exploratória um tema pouco debatido na academia. Nesse sentido adotaremos os pressupostos da Nova História e História Cultural e, para esta finalidade, abordaremos os teóricos historiográficos, a começar pelas fontes específicas do Materialismo Histórico Cultural, a qual

a historiografia dialoga, exprime a narrativa argumentada, a compreensão e a explicação a que chega a história enquanto prática investigativa (Martins, 1992).

Com vista a uma exploração temática desta pesquisa, elaboramos uma intensa varredura de documentos dentre os quais se fará possível à compreensão em acervos físicos e virtuais disponíveis pelos repositórios da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para nos aprofundarmos no processo de reconstrução histórica do objeto, capturaremos por fontes os arquivos das Atas, jornais, revistas e publicações oficiais, enfatizando o que diz (Burker, 2008, p. 151) – Só há relativamente pouco tempo, talvez porque ofereça aos historiadores culturais um modo de enfrentar a fragmentação. Para (Bloch, 2001, p 152) – O historiador é levado a recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas, e que nela fazer escolhas de historiador.

Com o objetivo de articular melhor os resultados das análises delimitadas das referências teóricas, analisamos os conceitos de espaço, cultura e educação na ótica de (Bourdieu, 2007) práticas e lugar (Certeau, 1982; 1998), assim sendo, pesquisaremos as categorias pertencente aos aportes teóricos apontados. Desse modo, as informações obtidas foram ofícios, Atas, livros e processos documentais.

2.1 Apresentação e discussão dos resultados

Esse estudo se insere no campo de pesquisa sociohistórica e filosófica, na qual tomaremos como base norteadora o Regimento Interno da Faculdade de Filosofia de Natal, Título I – Das finalidades e organização dessa instituição, (Aprovada em Sessão do Conselho de Ensino Superior, de 28 de setembro de 1956). Informando-nos a criação da Faculdade de Filosofia de Natal.

Art. 1.º - A Faculdade de Filosofia de Natal, criada e mantida pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte, nos termos da Resolução n. 1, de 12 de março de 1955, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da mesma data, será instalada e funcionará de acordo com a Legislação Federal do Ensino Superior.

Art. 4º - A Faculdade de Filosofia de Natal compreenderá quatro secções fundamentais, a saber:

- a. Secção de Filosofia;
- b. Secção de Ciências;
- c. Secção de Letras;
- d. Secção de Pedagogia. (REGIMENTO INTERNO, 1956, p. 3-4)

Analisando cada parte do regimento, encontramos no art. 15 – o Curso de Geografia, art. 16 – O Curso de História e no art. 18 – O Curso de Letras Clássicas, art. 19 - O Curso de Letras Neo-latinas, art. 20 – O Curso de Letras Anglo-germânica todos os cursos de três anos e com as descrições de cada seriação de disciplinas.

Esse documento também apresenta a desigualdade de acesso, entre as famílias patriarcais e os cursos de bacharelismo.

Nas velhas famílias patriarcais, sobre as quais assenta a estrutura política, econômica e social do Nordeste brasileiro, o fato de o filho mais inteligente ser destinado à Faculdade de Direito e o mais feio – o que era que ainda hoje é de oportunidade realmente admirável pelo gênio que antecede às inovações criadoras, não conseguiria remover tabus da instrução pública através de cuja engrenagem. (PEREIRA, 1957, p. 9).

Segundo Pochamann (2014, p.14) a desigualdade pode ser medida de oportunidades, desigualdades de resultados. O acesso ao ensino superior abre as portas ao magistério secundário, não deve ser procurado simplesmente com a finalidade para isso nem por isso, e sim em virtude disso, o ensino resulta em uma complexidade de conhecimentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do ensino superior no Brasil e especificamente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no Estado do Rio Grande do Norte, vem nos proporcionar um estudo sobre a instituição e a educação.

Quando abordamos detalhadamente o acesso à educação superior, percebe-se que os primeiros cursos que surgiram, não abrangiam a toda população, mas com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública (MESP), em 1930, na qual o primeiro ministro da educação e saúde pública era Francisco Campos, instituiu uma série de decretos, entre esses decretos, esteve o de número 19.851, de 11 de abril de 1931 – “Estatuto das Universidades Brasileiras”. Por esse decreto o ensino superior deveria ser ministrado na universidade a partir da criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a qual deveria ser formado professores secundários.

Ainda há muito a se discutir sobre a temática na área da história da educação do ensino superior e o acesso nos cursos de Letras, Geografia e História, que teve a sua origem na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras,

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. (2007). *Escritos da Educação*. (9a ed.) Vozes.

BOMENY, Helena. **Newton Sucupira e os rumos da educação superior** – Brasília: Paralelo 15. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2001.

BURKER, Peter, 1937. **O que é história Cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. 2.ed. ver. Ampl. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Bloch, M. L. B, (2001). *Apologia da história, ou, O ofício de historiador* / M. Bloch; prefácio, J.L. Goff; apresentação à edição brasileira, L. M. Schwarcz; tradução, A. Telles.

Jorge Zahar Ed.

CASTRO, Amelia Domingues de. **A licenciatura no Brasil**. Revista de História, São Paulo, v. 50, n. 100, p. 627-652, out./dez, 1974

CERTEAU, M. (1982). *A escrita da história*. (M. L. Menezes, Trad.). *Revisão Técnica [De] Arno Vogel. Forense Universitária.

CERTEAU, M. (1998). *A invenção do cotidiano*. (3a ed.), Vozes.

CUNHA, Luíz Antonio. **A Universidade Temporã - o ensino superior da Colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

CUNHA, FL da; VIVEIROS, KFM de . **História do ensino superior no Rio Grande do Norte e a desigualdade de acesso**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento , [S. l.] , v. 10, n. 12, pág. e279101220614, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i12.20614. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20614>. Acesso em: 14 set. 2022.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col. "Memória e Sociedade", coord. p/Francisco Belhencourt e Diogo RamadaCurto, v. 1).

FACULDADE DE FILOSOFIA DE NATAL, **Criada e mantida pela Associação de Professores do Rio Grande do Norte**, 1957.

FERNANDES, Florestan. **Formação de profissionais e especialistas nas faculdades de filosofia**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 37, n. 85, p. 227-233, jan./mar., 1962.

GUERRA, A., Pochmann, M. S., & Silva, R. A. *Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois*, Cortez. (2014).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1957.

MARTINS, E. de R. **Consciência histórica, práxis e cultura**. A propósito da teoria da História de Jörn Rüsen. Síntese 19 (1992), 59-73.

MELO, Veríssimo de; CALADO, Carmen. **Síntese Cronológica da UFRN 1958/2017**. Natal: Edufrn, 2019. 1 v.

REGIMENTO INTERNO, **Aprovado em Sessão do Conselho de Ensino Superior**, de 28 de setembro de 1956.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

